

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Acionistas da
Energia dos Ventos VI S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos VI S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energia dos Ventos VI S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa 1 e 12 às demonstrações contábeis que descreve que a Companhia em função da empresa contratada para fornecimento dos aerogeradores (IMPISA) ter entrado em recuperação judicial e, também pela inexistência de linha de transmissão que permitisse escoar a energia, o empreendimento, que entraria em operação em janeiro de 2016, não conseguiu cumprir tal prazo. Devido a este fato a Companhia tem tomado diversas ações descritas em nota explicativa nº 1 a qual tem o objetivo de atender os prazos de entrega de energia contratada. Devido ao não cumprimento do contrato a Companhia em 31 de dezembro de 2017, apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 39.277 mil e passivo a descoberto no montante de R\$ 17.937 mil. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Energia dos Ventos VI S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório 24 de março de 2017, respectivamente, com opinião sem modificação, sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S
1CRC/RS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
2 RS-071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre revisão às demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultado abrangente	7
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Energia dos Ventos VI S.A.Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	360	1.167	Fornecedores	8	165	97
Impostos a recuperar	5	41	33	Obrigações sociais e trabalhistas	9	40	27
Outros créditos		20	-	Obrigações tributárias	10	8	7
		<u>421</u>	<u>1.200</u>	Outros credores		1	1
						<u>214</u>	<u>132</u>
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	6	1.362	963	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	7.250	5.872
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.362)	(963)	Contrato oneroso	12	10.894	6.750
Intangível	7	3.303	3.305			<u>18.144</u>	<u>12.622</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		(3.303)	(3.305)	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)			
		<u>-</u>	<u>-</u>	Capital social	13	21.340	21.340
				Prejuízo acumulado		(39.277)	(32.894)
				Total do patrimônio líquido		<u>(17.937)</u>	<u>(11.554)</u>
Total do ativo		<u>421</u>	<u>1.200</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>421</u>	<u>1.200</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos VI S.A.Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas e receitas gerais e administrativas			
Pessoal		(613)	(438)
Material		-	-
Serviço de terceiros		(1.121)	(226)
Depreciação/Amortização	6 e 7	(36)	-
Tributos		(56)	(39)
Seguros		-	(7)
Arrendamentos e aluguéis		(69)	(55)
Outras receitas / (despesas)		(20)	(5)
Reversão (Provisão) para redução ao valor recuperável	6 e 7	(397)	47
Reversão (Provisão) contrato oneroso	12	(4.144)	7.575
		<u>(6.456)</u>	<u>6.852</u>
Resultado antes do resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		99	164
Despesas financeiras		(2)	(2)
		<u>97</u>	<u>162</u>
Contribuição social		(9)	(15)
Imposto de renda		(15)	(25)
		<u>(24)</u>	<u>(40)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		<u>(6.383)</u>	<u>6.974</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(6.383)</u>	<u>6.974</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u><u>(6.383)</u></u>	<u><u>6.974</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos VI S.A.Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.481	(2.141)	(39.868)	(18.528)
Resultado do exercício	(2.141)	2.141	6.974	6.974
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.340	-	(32.894)	(11.554)
Resultado do exercício	-	-	(6.383)	(6.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.340	-	(39.277)	(17.937)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos VI S.A.Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(6.383)	6.974
Ajustados por:			
Depreciação/Amortização		36	-
Reversão (Provisão) contrato oneroso		4.144	(7.575)
Reversão (Provisão) para redução ao valor recuperável	6 e 7	397	-
Resultado ajustado		(1.806)	(601)
(Aumento) redução nos ativos			
Impostos a recuperar		(8)	2
Outros créditos		(20)	-
		(28)	2
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		68	(39)
Obrigações sociais e trabalhistas		12	5
Obrigações tributárias		1	(11)
		81	(45)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais		(1.753)	(644)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições e baixas do ativo imobilizado	6	(432)	-
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos		(432)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	1.378	1.013
Fluxo de caixa consumido em atividade de financiamento		1.378	1.013
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(807)	369
Caixa e equivalentes no início do exercício		1.167	798
Caixa e equivalentes no final do exercício		360	1.167
		(807)	369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos VI S.A.Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(1.121)	(226)
Provisão para redução ao valor recuperável	(397)	47
Provisão contrato oneroso	(4.144)	7.575
Outros custos operacionais	(125)	(67)
	<u>(5.787)</u>	<u>7.329</u>
Valor adicionado bruto	<u>(5.787)</u>	<u>7.329</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	99	164
	<u>(5.688)</u>	<u>7.493</u>
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	613	438
Tributos	80	79
Remuneração de capitais de terceiros (despesas financeiras)	2	2
Remuneração de capitais próprios (prejuízo líquido do período)	(6.383)	6.974
	<u>(5.688)</u>	<u>7.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Energia dos Ventos VI S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Real Grandeza nº 274, 2º andar, Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 – ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 459 de 8 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Nossa Senhora de Fátima, constituída de dezoito Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada e 12.800 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL.

A Companhia é controlada diretamente por Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”).

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e de acordo com o Despacho ANEEL nº 1.987 de 26 de julho de 2016, determina que o início da operação comercial das Usinas dar-se-á em 1º de novembro de 2019 ou em data anterior.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização para atuar como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de Central Geradora Eólica, concedida pelo MME (Ministério de Minas e Energia), foram devidamente cumpridas, não havendo, portanto, qualquer notificação de aplicação de multa por descumprimento da Portaria Autorizativa e cláusulas do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão de suas unidades produtoras de energia, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser remuneradas pelas receitas de operações futuras.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de geração de energia elétrica.

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Alteração do Ponto de Conexão do Complexo de FORTIM:

Com a recomendação de caducidade da empresa CEARENSE II, transmissora responsável pela construção, operação e manutenção da ICG ARCATI III, ponto de conexão originário do Complexo de FORTIM à Rede Básica, iniciou-se um processo de discussão entre o Regulador e a companhia, a fim de encontrar-se uma solução para escoamento da energia que seria gerada pelas Empresas. Após diversas reuniões entre os Agentes, restou determinado que o Complexo ao invés de conectar-se na ICG ARACATI III que não foi construída, deverá se conectar na Subestação de Russas II de propriedade da CHESF. Para tanto, deverá construir um sistema de Transmissão em 230 Kv, com aproximadamente 65 km de extensão, obra que será remunerada eminentemente por médio de desconto no pagamento de Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa nova configuração foi imposta pelo Despacho ANEEL n.º 1.987, de 26 de julho de 2016 (publicado em 08/08/2016), que determina ainda, que a data final de entrada em operação comercial de todo o Complexo de FORTIM passa a ser dia 01 de novembro de 2019, sem prejuízo dos 20 (vinte) anos de suprimento de energia.

Considerando que o projeto da Energia dos Ventos VI S.A. (“Companhia”) tem vários pontos positivos e mesmo que neste momento econômico apresente uma provisão de contrato oneroso a administração e os acionistas tem a convicta consciência de que o projeto é viável e será implantado. O Acionista controlador se compromete a não medir esforços para viabilizar o início da construção do Complexo Eólico com o objetivo de atender os prazos de entrega da energia contratada. Com base nesta afirmação a administração desenvolverá um plano de ação para que a provisão de contrato oneroso seja revertida. Entre as medidas a serem tomadas, a administração planeja fazer:

- Preparação de todos os processos de licitação contendo as bases de tomadas de preços buscando a redução dos custos de construção;
- Análise de todos os projetos e contra-partidas ambientais;
- Análise de todas as necessidades de prestação de serviços para o Complexo Eólico nas fases pré-operacional e de O&M;
- Utilização de tecnologias diversas para redução e controle de custos administrativos e de construção;
- Linha de crédito já aprovada junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB com as melhores taxas de juros de longo prazo e comissões de financiamento. Para que o financiamento seja concluído, está faltando entregar o contrato de fornecimento de aerogeradores assinado.

1.1 Aprovação das Demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das Demonstrações financeiras da Companhia, foram aprovadas pela Diretoria em 26 de janeiro de 2018.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações estão financeiras estão elencadas abaixo:

2.1 Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários(CVM), além das distorções normativas de seu órgão regulador a Agência Nacional Energia Elétrica, onde aplicáveis.

a. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

b. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia em suas demonstrações financeiras.:

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários as operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(iii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado pelo custo aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário

d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Na data das Demonstrações financeiras a Companhia realizou a reversão da provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

monetárias incorridas.

h. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotará premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras;
- Modificações o CPC 10 (IFRS 2)
- Modificações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Banco conta movimento e fundos de caixa	1	1
Aplicação financeira	359	1.166
	<u>360</u>	<u>1.167</u>

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

As disponibilidades financeiras referentes ao investimento ainda não realizado, estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, na modalidade Títulos Compromissados, cujo rendimento é de 99% (noventa e nove por cento) da média de fechamento diário do Certificado de Depósito

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Interbancário – CDI Over, e possuem liquidez diária. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

5 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	7	12
IRRF a compensar	33	21
ICMS a compensar	1	-
	<u>41</u>	<u>33</u>

6 Ativo Imobilizado

As imobilizações referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão 07/2011 – ANEEL.

Conforme descrito na nota 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada em operação comercial plena de suas unidades conforme cronograma descrito na mesma nota. A construção do parque eólico será financiada por capital próprio e por empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração constituiu provisão para perdas no montante total já realizado, por entender que os valores gastos até a presente data com o fornecedor Wind Power, cujo contrato foi rescindido, não seriam recuperados com a contratação de novo fornecedor de aerogeradores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a administração manteve o mesmo critério da provisão constituída em 31 de dezembro de 2015, provisionando todo montante de ativo imobilizado já realizado.

a. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Móveis e utensílios	-	36
Máquinas e equipamentos	240	232
A ratear	1.122	695
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(1.362)	(963)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

b. Movimentações no ativo imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Prov. p/perda</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2017</u>
Móveis e utensílios	36	-	-	(36)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	232	5	-	36	-	(33)	240
A ratear	695	427	-	-	-	-	1.122
<i>(-) Provisão para redução ao valor recuperável</i>	(963)	-	-	-	(399)	-	(1.362)
	<u>-</u>	<u>432</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(399)</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Prov. p/perda</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2016</u>
Móveis e utensílios	36	-	-	-	-	-	36
Máquinas e equipamentos	243	23	(34)	-	-	-	232
Adiantamento a fornecedores	36	-	(36)	-	-	-	-
A ratear	695	-	-	-	-	-	695
<i>(-) Provisão para redução ao valor recuperável</i>	(1.010)	-	-	-	47	-	(963)
	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>(70)</u>	<u>-</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

7 Ativo Intangível

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Complexo Eólico Energia dos Ventos, adquirido de Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda, conforme 2º Termo Aditivo de 04 de julho de 2014.

Conforme descrito na nota 6, em 31 de dezembro de 2015, a Administração constituiu provisão para perdas no montante total já realizado e em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a administração manteve o mesmo critério da provisão constituída anteriormente, provisionando todo montante de ativo intangível já realizado.

a. Composição dos saldos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Intangível - Software	10	12
Cessão de direitos	3.293	3.293
<i>(-) Provisão para redução ao valor recuperável</i>	(3.303)	(3.305)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

b. Movimentação dos saldos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Prov. p/perda</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2017</u>
Intangível - Software	12	-	(2)	10
Cessão de direitos	3.293	-	-	3.293
<i>(-) Provisão para redução ao valor recuperável</i>	(3.305)	2	-	(3.303)
	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>

8 Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores diversos	147	94
Proprietários de terras	3	3
Retenção contratual	15	-
	<u>165</u>	<u>97</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
INSS a recolher	6	7
FGTS a recolher	1	2
IRRF empregados a recolher	7	9
Férias e encargos	26	9
	<u>40</u>	<u>27</u>

10 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos federais retidos de fornecedores	6	2
CSLL a recolher	1	-
CSLL a recolher - Lucro Presumido	1	5
	<u>8</u>	<u>7</u>

11 Adiantamento para futuro aumento de capital

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.249	5.871
Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda.	1	1
	<u>7.250</u>	<u>5.872</u>

Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava um saldo de R\$ 5.872. Em 2017 foram liberados novos adiantamentos, nos meses de junho, julho e dezembro, no montante de R\$ 1.378 por Furnas Centrais Elétricas S.A.

12 Contrato Oneroso

Em função da empresa contratada para fornecimento dos aerogeradores (IMPISA) ter entrado em recuperação judicial e, também pela inexistência de linha de transmissão que permitisse escoar a

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

energia, o empreendimento, que entraria em operação em janeiro de 2016, não conseguiu cumprir tal prazo.

A paralização da produção do fornecedor dos aerogeradores ocorreu após a Fortim ter efetuado adiantamentos para o referido fornecedor (IMPESA), realizados em dezembro de 2013, no montante de R\$ 6.877, em janeiro de 2014 no montante de R\$ 7.157 e, em março de 2014 no montante de R\$ 4.566, o que impôs ao Complexo de Fortim o reconhecimento em suas Demonstrações financeiras de 2015 uma perda, com base em um laudo de avaliação do valor presente líquido da empresa, no qual foi calculado o valor de perda total do complexo Fortim, cabendo a cada EDV, o reconhecimento proporcional do montante calculado. Ressalte-se que tal situação, envolvendo ainda uma seguradora contratada para prestar garantia ao adiantamento, está sendo discutida na esfera judicial com prognóstico de êxito classificado como remoto.

Em face do exposto acima, foi registrado nas Demonstrações financeiras de Fortim, referentes a 31 de dezembro de 2015, contrato oneroso/impairment, em função da conclusão de que o empreendimento não suportaria seus custos diante da receita comercializada no Leilão de 2011.

Em agosto de 2016, por força do Despacho ANEEL 1987, publicado no Diário Oficial da União de 08 de agosto de 2016, foi alterado o ponto de conexão inicialmente previsto para Fortim e foi prorrogada para novembro de 2019 a data de entrada em operação do Complexo.

Diante desse novo cenário, com a melhora dos resultados esperados para o Complexo, em 31 de dezembro de 2016 foi realizado um novo laudo de avaliação do valor presente líquido, onde concluiu-se um menor valor a ser registrado a título de “Passivo Oneroso”, revertendo-se parcialmente o valor registrado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 7.575.

Em 31 de dezembro de 2017 foram atualizadas as premissas de cálculo, resultando em uma provisão, no montante de R\$ 4.144.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contrato Oneroso	<u>10.894</u>	<u>6.750</u>
	<u>10.894</u>	<u>6.750</u>

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

13 Patrimônio líquido

O capital social está representado por 21.340.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real).

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

Capital social realizado:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações	R\$	% do capital social	Quantidade e de ações	R\$	% do capital social
Furnas Centrais Elétricas S.A.	21.338.000	21.338	99,99%	21.338.000	21.338	99,99%
Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda.	2.000	2	0,01%	2.000	2	0,01%
	<u>21.340.000</u>	<u>21.340</u>	<u>100,00%</u>	<u>21.340.000</u>	<u>21.340</u>	<u>100,00%</u>

14 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	360	1.167
	<u>360</u>	<u>1.167</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores diversos	147	94
Proprietário de terras	3	3
Retenção contratual	15	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.750	6.750
	<u>6.915</u>	<u>6.847</u>

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía risco de endividamento.

Considerando-se que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, o principal fator de risco que afeta o negócio da Companhia pode ser assim descrito:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

(i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

(ii) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

(iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

(iv) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falha de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com a alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis.

15 Cobertura de seguros

A Companhia possui a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Descrição da garantia	
Seguradora:	J. Maucelli Seguradora S/A
Apólice:	02-0775-0296257
Tipo:	Seguro garantia
Modalidade:	Executante construtor
Valor segurado:	R\$ 4.883.523,00
Valor do prêmio:	R\$ 49.972,49
Período da vigência:	20/09/2015 a 15/02/2019

16 Eventos subsequentes

a. Processo licitatório para contratação de aerogeradores

O procedimento licitatório CO.EDV.T.001.2017 foi instaurado para contratação do fornecimento dos aerogeradores para o Complexo Eólico Fortim, tendo ocorrido a sessão pública para entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta comercial, em 13/09/2017, tendo comparecido duas licitantes, ACCIONA WIDNPOWER BRASIL e WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.

Em sessão pública foram abertos os envelopes com os documentos de habilitação, que após análise pela Comissão de Licitação, teve seu resultado publicado no dia 15/09/2017, no DOU e na Folha de São Paulo, tendo-se sido consagradas habilitadas as duas licitantes, abrindo-se prazo para apresentação de recurso.

No dia 22/09/2017, as licitantes ACCIONA e WEG interpuuseram recurso administrativo, uma contra a habilitação da outra. Desta forma, conforme preceitua o art. 109, §3º, da Lei 8.666/93, em 25/09/2017, as duas licitantes foram comunicadas da interposição de recurso administrativo pela concorrente, sendo oportunizado o prazo de 5 dias úteis para apresentação de contrarrazões. Após a apresentação das contrarrazões pelas licitantes, a Comissão de Licitação e a Diretoria decidiram, em 05/10/2017, pelo não provimentos dos recursos administrativos interpostos, mantendo-se a decisão de habilitação de ambas.

Ocorre que, por autotutela, a Comissão de Licitação reviu sua análise anterior e decidiu pela inabilitação da licitante ACCIONA por descumprimento de preceito do edital relacionado com a qualificação técnica da mesma, tendo sido publicada a decisão em 06/10/2017, iniciando novo prazo de recurso administrativo, findo em 16/10/2017, tendo a licitante ACCIONA apresentado recurso contra a decisão que a inabilitou.

Diante da interposição de novo recurso administrativo, seguindo os ditames legais, foi oportunizado que a licitante WEG apresente contrarrazões, cujo prazo somente se encerra no dia 23/10/2017.

Ultrapassada a fase recursal, será agendada e publicada a data para abertura da(s) proposta(s) comercial(ais) da(s) licitante(s) que resta(rem) habilitada(s).

O recurso administrativo interposto pela licitante ACCIONA restou improvido, mantendo-se a inabilitação anterior, prosseguindo no procedimento licitatório somente a empresa WEG.

A sessão para abertura do envelope contendo a proposta comercial ocorreu em 24/11/17. Contudo, a empresa ACCIONA conseguiu por meio de uma liminar em mandado de Segurança, que sua proposta comercial fosse aberta.

Tendo sido abertos os envelopes das empresas ACCIONA e WEG iniciou-se a análise dos documentos apresentados, porém a licitante WEG obteve também por decisão judicial, a exclusão da empresa ACCIONA do procedimento licitatório CO.EDV.T.001.2017.

Energia dos Ventos VI S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Ocorre que, a licitante WEG por meio da proposta comercial apresentada não conseguiu demonstrar sua capacidade de produzir a energia necessária, ocorrendo sua desclassificação do certame, tendo sido oportunizada a interposição de recurso administrativo.

A licitante WEG interpôs recurso em face da decisão de sua desclassificação, que após análise técnica, restou improvido mantendo-se sua desclassificação.

Sendo assim, não restando outras licitantes aptas no procedimento, a licitação CO.EDV.T.001.2017 ficou frustrada.


Por tais razões, já se encontra publicado novo Edital sob o número CO.EDV.T.002.2018, com sessão pública para recebimento dos envelopes de habilitação e proposta comercial marcada para 15/02/18.

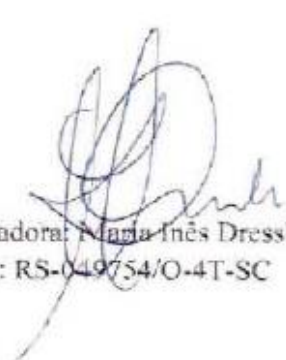
b. Cessão não onerosa de ações

Em 30/12/2017 foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente a participação societária de Furnas (99,99%) no Complexo Eólico Fortim.

A transferência nos livros societários só ocorreu após o recebimento de correspondência da ANEEL, em 23/01/2018, dispensando a anuência requerida para a mencionada cessão.

O registro da transferência ocorrerá com data de 25/01/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base novembro/2017.


José Luiz Oliveira de Aguiar
Diretor Administrativo - Financeiro


Contadora: Angia Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC


Clécio José Ramalho
Diretor Técnico